



Newsletter

N.º 17 - Janeiro 2015

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Da Clarificação dos conceitos de partes da obra para efeitos de prazos de garantia
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

No primeiro número da nossa Newsletter de 2015, abordamos, no nosso artigo de fundo um tema que, embora não seja de abrangência generalizada, reputamos de particular interesse: a clarificação dos conceitos de partes da obra para efeitos de prazos de garantia aplicáveis às obras públicas.

Por seu turno, e como se poderá constatar, a produção legislativa foi assaz escassa, e de interesse muito relativo para os destinatários desta nossa publicação, razão pela qual este capítulo ocupa tão pouco espaço nesta edição.

José Pina



Da Clarificação dos conceitos de partes da obra para efeitos de prazos de garantia

A interpretação dos conceitos de 'partes integrantes da obra' e de 'partes acessórias da obra', para efeitos da contagem e aplicação dos prazos de garantia estipulados na lei, tem suscitado sérias dificuldades quer no âmbito das obras públicas, quer no domínio das obras privadas ou ainda da venda de bens imóveis a particulares.

Assim, revelou-se de enorme importância a publicação do Despacho Normativo n.º 9/2014, de 21 de julho, que entrou em vigor no passado dia 1 de agosto de 2014, nos termos do qual o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações veio clarificar os prazos de garantia das obras públicas estabelecidos no artigo 397.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos ('CCP').

O mencionado Despacho Normativo constitui um diploma há muito aguardado pelos diferentes agentes do setor da construção, tendo como objetivo definir e precisar, em concreto, os conceitos seguidamente enunciados, de forma a esclarecer dúvidas na sua interpretação. Nestes termos, consideram-se:

- i. Elementos construtivos estruturais (aos quais é aplicável o prazo de garantia de 10 anos) - as partes resistentes fundamentais da construção que suportam as ações a que a mesma está sujeita, funcionando em conjunto e sendo objeto de projeto específico, correspondendo a elementos que comprometem a estabilidade da construção e que, por vezes, não estão visíveis e/ou acessíveis;

(...) Despacho Normativo n.º 9/2014, de 21 de julho, que entrou em vigor no passado dia 1 de agosto de 2014, nos termos do qual o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações veio clarificar os prazos de garantia das obras públicas estabelecidos no artigo 397.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos ('CCP').

- ii. Elementos construtivos não estruturais (aos quais é aplicável o prazo de garantia de 5 anos) - as partes não resistentes da construção que são suportadas pelos elementos estruturais, com funcionalidades diferenciadas, sendo geralmente definidas no projeto de arquitetura, correspondendo a elementos que não comprometem a estabilidade da construção, sendo normalmente visíveis ou de acessibilidade fácil;
- iii. Instalações técnicas (às quais é aplicável o prazo de garantia de 5 anos) - as partes da construção necessárias à satisfação das exigências programáticas referentes ao fornecimento de serviços de apoio às funções da obra, podendo incluir redes com tubagens, cabos e acessórios;
- iv. Equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis (aos quais é aplicável o prazo de garantia de 2 anos) - as partes da obra que se referem a

equipamentos, que funcionam independentemente da mesma, podendo incluir máquinas, aparelhos com funções específicas ou mobiliário e respetivos acessórios.

O referido Despacho identifica ainda, [em anexo](#), por tipo de obra, as partes da mesma que se enquadram em cada um dos quatro conceitos acima definidos, sendo que, para cada obra, deverá ser considerada a totalidade dos elementos que a constituem, ao que poderá corresponder a aplicação de mais do que uma das tabelas de tipos de obra.

Não obstante a clarificação concretizada pelo Despacho em apreço estar especialmente direcionada para a interpretação do disposto no n.º 2 do artigo 397.º do CCP, estamos em crer que a jurisprudência portuguesa não deixará de se munir das elucidações constantes do mesmo para, no âmbito das relações com particulares, proceder à respetiva aplicação analógica, contornando, deste modo, algumas das dificuldades e lacunas com que se tem deparado nesta sede.



Mariana Lupi

marianalupi@cammp.pt



- CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 17 de dezembro de 2014](#)

Compra e venda – Reserva de propriedade

Num contrato de compra e venda de determinado veículo, por ser ofensiva da disposição imperativa do art.º 409, n.º 1, do C. Civil é sempre nula a cláusula em que se impõe ao alienante a obrigação de registar “reserva de propriedade” a favor do adquirente. Tal nulidade verifica-se ainda que este adquirente venha a ser mutuante de um terceiro – verdadeiro interessado na aquisição daquele bem – do preço ajustado para aquela venda.

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 12 de janeiro de 2015](#)

Contrato de arrendamento – Obras – Resolução do contrato de arrendamento

A realização de obras pelo arrendatário que não estão contempladas no contrato e sem autorização do senhorio constituem fundamento para resolução do contrato pelo senhorio, desde que o incumprimento, pela sua gravidade ou consequências,

torne inexigível à outra parte a manutenção do arrendamento.

- PROCESSO CIVIL -

[Acórdão do Tribunal de Lisboa, de 20 de janeiro de 2015](#)

Providência Cautelar – *Periculum in mora*

Para o decretamento das providências em geral basta que se prove sumariamente - *summaria cognitio* - a probabilidade séria da existência do direito invocado ou aparência do direito - *fumus bonus juris* - e a justificação do receio de que a natural demora na resolução definitiva do litígio cause prejuízo irreparável ou de difícil reparação, ou perigo de insatisfação desse direito - *periculum in mora*. Relativamente à “providência cautelar de entrega Judicial” a que alude o artigo 21.º do Decreto Lei n.º 149/95, tem-se entendido que a lei não exige que seja feita a prova do *periculum in mora*, resultando este implícito da natureza do contrato e da natural degradação dos bens locados, na pendência da ação principal, e até ao seu trânsito em julgado. O tribunal decretará a

providência se a prova produzida revelar a probabilidade séria da verificação daqueles requisitos, bastando, porém, que exista uma probabilidade séria de que existe o direito invocado, não sendo necessária uma averiguação tal que possa pôr em perigo a eficácia da providência, pois esta justifica-se essencialmente porque a ação principal pode demorar alguns anos a ser decidida e assim, perder, pelo menos em parte, a sua eficácia. As providências cautelares devem ser encaradas pelo juiz como meios simples e rápidos no sentido de acautelar os prejuízos que possam advir para o requerente da demora de uma decisão definitiva (na ação principal); e, por isso, a “*summaria cognitio*” basta-se com “um juízo de probabilidade ou verosimilhança (não de certeza ou de elevado grau de probabilidade exigido na ação principal), uma aparência de direito, um “*fumus bonis juris*”. As providências cautelares de entrega Judicial a que alude o artigo 21.º do Decreto Lei n.º 149/95 devem ser decretadas se, deixando o locatário de proceder ao

pagamento das rendas, não apresentando para o efeito qualquer justificação, for declarada a resolução do contrato com fundamento na falta de pagamento dessas rendas e o locatário não proceder à entrega da coisa locada.

- LABORAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de janeiro de 2015

Crédito laboral – Privilégio creditório

O que justifica a concessão do privilégio imobiliário especial aos créditos laborais é, sem dúvida, a especial ligação funcional – e não meramente naturalística – do trabalhador ao imóvel, através do exercício da sua atividade, a qual, tendo de ser circunscrita no espaço e no tempo, não pode ser reportada aos diversos prédios ou frações autónomas em cuja construção tenha participado, o que, podendo até integrar já património alheio por via de subsequente comercialização, não pode constituir o imóvel em que o trabalhador presta a sua atividade, antes tendo de ser encarado como o resultado ou produto da respetiva atividade, como o seriam,

v.g., os artigos de vestuário ou calçado produzidos pela respetiva entidade patronal que tais atividades tivesse por objeto.

O entendimento contrário acarretará, designadamente nas empresas de construção civil, um tratamento discriminatório – completamente arbitrário e alheio do critério interpretativo dimanado do art. 9.º, n.º 3, do CC, e, pois, não prosseguido pelo legislador – entre trabalhadores da mesma empresa, conforme as funções por si exercidas o sejam no estabelecimento da respetiva sede – v.g. pessoal administrativo, da área financeira, de gestão, etc. – ou nos seus edifícios construídos ou em edificação – v.g. trolhas, serventes, carpinteiros, canalizadores, pintores, eletricitas, etc.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de janeiro de 2015

Retribuição – Acréscimos salariais – Trabalho suplementar e noturno e subsídio de férias e de Natal

A retribuição é constituída pelo conjunto de valores (pecuniários ou em espécie) que a entidade empregadora está obrigada a pagar regular e periodicamente ao

trabalhador em razão da atividade por ele desenvolvida, nela avultando o elemento da contrapartida, elemento esse de grande relevo na medida em que evidencia o caráter sinalagmático do contrato de trabalho, permitindo, assim, excluir do âmbito do conceito de retribuição as prestações patrimoniais do empregador que não decorram do trabalho prestado, mas que, ao invés, prossigam objetivos com justificação distinta. Deve considerar-se regular e periódica e, consequentemente, passível de integrar o conceito de retribuição, para os efeitos de cálculo da retribuição de férias e dos subsídios de férias, a atribuição patrimonial cujo pagamento ocorra todos os meses de atividade do ano. Atento o critério orientador referido supra, deve concluir-se que a média dos valores pagos pelo empregador aos trabalhadores a título de remuneração por trabalho suplementar, remuneração de trabalho noturno e prémio de condução, nos anos em que aquelas atribuições patrimoniais ocorreram em todos os meses de atividade (onze meses), será de atender para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.



- COMERCIAL -

Acórdão do Tribunal de Coimbra, de 20 de janeiro de 2015

Insolvência

Da declaração de insolvência de uma sociedade comercial advém a dissolução desta e a instituição de uma diferente entidade – a massa patrimonial destinada à satisfação dos credores da insolvência – a qual, não é já uma sociedade comercial em situação de insolvência. Em ação supervenientemente proposta por um alegado credor contra a massa insolvente, esta não beneficia da isenção de custas que é prevista, específica e literalmente, pelo art. 4º, nº 1, u) do RCP, porquanto no

nosso ordenamento jurídico só não é tributada a atividade dos tribunais relativa a sujeitos processuais expressa e excecionalmente definidos na lei.

O juiz não viola o princípio do contraditório quando aprecia e decide uma questão suscitada por uma parte, sem a ouvir previamente, porque não é relevante a eventual surpresa da própria arguente dessa questão ao deparar com os diferentes entendimento e/ou argumentação jurídica perfilhados na decisão. O problema que coloca a deteção e correção de pontuais e concretos erros de julgamento é o da aferição da razoabilidade da convicção probatória do julgador, à luz das regras da ciência, da lógica e da experiência, o que implica que a alteração pela relação

do julgamento da 1ª instância se limite aos casos de patente irrazoabilidade, aqueles em que os elementos em que tal julgamento se fundamentou, por si só, são completamente inidóneos para o efeito, à luz das mencionadas regras. O tribunal pode julgar através do recurso à equidade, por razões de conveniência, de oportunidade e, principalmente, de justiça concreta, mesmo que não se torne viável averiguar o valor exato dos danos, desde que se obtenha o mínimo de elementos de facto certos sobre a natureza daqueles e sobre a sua extensão, que orientem um cálculo objetivamente sindicável e, por via disso, o menos arbitrário possível e permitam a sua computação em valores próximos daqueles que realmente lhe correspondem.



PRINCIPAIS NOVIDADES **LEGISLATIVAS**

- SEGURANÇA SOCIAL -

Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro de 2015

Define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas.

- AMBIENTE -

Portaria n.º 15/2015, de 23 de janeiro de 2015

Procede à fixação da tarifa de referência aplicável à energia elétrica produzida através de unidades de pequena produção, nos termos do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, e determina as percentagens a

aplicar à tarifa de referência, consoante a energia primária utilizada por aquelas unidades. A tarifa de referência aplicável em 2015 é de € 95/MWh.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.